

Sindicato Nacional dos Professores Licenciados pelos Politécnicos e Universidades

Presidente da República afirma que suspensão dos subsídios de férias e de Natal é "a violação do princípio básico de equidade fiscal"

Em declarações proferidas no dia 19 de Outubro, após o discurso de abertura do IV Congresso Nacional dos Economistas, o Professor Doutor Cavaco Silva, eminente economista e professor de finanças públicas, na qualidade de titular do mais alto cargo da Nação, referiu que a suspensão dos subsídios de férias e de Natal dos trabalhadores da Administração Pública e dos Pensionistas constitui "a violação do princípio básico de equidade fiscal," acrescentando que, "mudou o Governo, mas eu não mudei de opinião."

O SPLIU regista com agrado esta tomada de posição do Senhor Presidente da República relativamente às medidas de austeridade anunciadas pelo Governo que em sede do O.E. para 2012, que irão afectar de forma muito gravosa os trabalhadores do Estado, nomeadamente, os Educadores e Professores, e, espera que a mesma seja consequente.

O SPLIU salienta ainda que esta posição assumida pelo Senhor Presidente da República está em perfeita sintonia com a posição assumida por este Sindicato Independente sobre este assunto, divulgada no Comunicado do passado dia 17 de Outubro, que passamos a recordar: "Considera o SPLIU, na actual conjuntura de grave crise social, financeira e económica do País, no quadro comummente aceite de emergência nacional, de que os sacrifícios deveriam ser efectuados por TODOS os portugueses através de uma tributação equitativa em sede de IRS, como foi aliás decidido relativamente ao subsídio de Natal de 2011, e não somente pelos trabalhadores do Estado."

Atento que está a este assunto, o SPLIU repudia, e mostra-se indignado, pelo facto de empresas do Estado ou com participações do Estado, já terem declarado de que não irão suspender os subsídios de férias e de Natal aos seus trabalhadores, verificando-se assim que existem dois pesos e duas medidas, geradores de tremendas injustiças.

Alguns reputados Constitucionalistas também já terão emitido parecer de que a suspensão dos subsídios de férias e de Natal em 2012 e 21013 por parte do Governo será ilegal.

O SPLIU apela assim ao Governo para que reveja a sua posição nesta matéria em sede do Orçamento de Estado para 2012, no sentido de que venha a ser reposta a justiça e equidade fiscal.

A Direcção Nacional